

## O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro

*The Concept of Maretório and the Traditional Coastal and Marine Extractivist Peoples of the Brazilian Coast*

Victor Sousa<sup>1</sup>

Carla Moreira<sup>2</sup>

[...] o maretório surge, quando a gente estava falando de maré: cheia, vazantes, preamar, alta, baixas, lanços e mortas; qual a melhor lenha para fazer brasa; como os nossos corpos reagem de acordo com a hora da maré [...] se estabelecendo todo um debate relacionado ao movimento da natureza da maré.

O fragmento citado acima, é um trecho de entrevista realizado com Célia Neves, uma importante liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM) e da Rede Nacional de Mulheres das Marés e das Águas, quando indagada sobre a origem do termo “maretório”. Isso aconteceu em uma oficina que ocorreu no ano de 2008 durante um evento organizado por técnicos e ambientalistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na Reserva Extrativista de São João da Ponta, localizada no município de São João da Ponta, no litoral do Pará. De acordo com Célia, nessa oficina estava reunido um grupo de mulheres de diferentes Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas do litoral do Pará. Ao recordar desse episódio, ela nos compartilhou: “[...] quando fizemos referência ao território, uma senhora, uma sábia na verdade, perguntou: mas é território ou maré? vocês ficam falando de maré, maré e maré, mas chamam isso de território”.

---

<sup>1</sup> Doctorando em Ciencias Sociales en Estudios Territoriales na Universidad de Los Lagos - ULAGOS, com bolsa financiada pela Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID). ORCID: 0000-0002-9674-1334. E-mail: [paulo.sousa@ulagos.cl](mailto:paulo.sousa@ulagos.cl).

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Orcid: 0000-0003-2213-6702: E-mail: [carlasiqueiramoreira@gmail.com](mailto:carlasiqueiramoreira@gmail.com).



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

Essa indagação presente no final do trecho, aparentemente simples levou aquelas mulheres extrativistas costeiras e marinhas e os técnicos e ambientalistas do ICMBio a refletirem juntos sobre a necessidade de se reconhecerem nas especificidades e particularidades do modo de vida dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinheiros do litoral do Pará. Ainda de acordo com o depoimento de Célia Neves, podemos inferir que nesse espaço se gestou um diálogo de saberes, envolvendo a experiência e o conhecimento tradicional e ancestral das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e o conhecimento técnico de ambientalistas e pesquisadores (as). Desse diálogo surgiu a ideia de unir as palavras “maré” e “território”, dando origem ao termo “maretório”. Este episódio demonstra a construção de alianças que valorizam saberes locais e tradicionais, resultando em diagnósticos que divergem dos discursos dominantes, aquilo que Svampa denomina de um giro ecoterritorial.

Após esse evento, a palavra “maretório” começou aos poucos a ser incorporada nos discursos de algumas lideranças da CONFREM. Inicialmente, foi mobilizado pelas lideranças do litoral do Pará, como Célia Neves, e, depois, por lideranças de outras regiões do país. E, ao ser introduzido nos discursos, o termo passou a ser associado às pautas e às demandas por políticas públicas que reconhecessem as particularidades e as especificidades dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinheiros (Sousa, 2022; Sousa, França & Araos, 2024). Além disso, o termo “maretório” também foi introduzido como uma reivindicação direcionada à academia, buscando sua conceituação e compreensão.

Nos últimos anos observamos que a palavra “maretório” vem ganhando espaço em diferentes contextos, desde a produção acadêmica, através de monografias, artigos e capítulos de livros, até produções técnicas e comunicacionais, como relatórios, artigos jornalísticos, entrevistas, redes sociais de movimentos sociais e ONGs, entre outros. Todavia, essa crescente popularidade muitas vezes vem acompanhada de uma utilização do termo com pouca atenção ao seu conteúdo e à sua história, incluindo sua origem, trajetória e implicações sociopolíticas.



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

Nesse sentido, alguns esforços têm buscado preencher essas lacunas. É o caso do trabalho de Sousa, França e Araos (2024), que buscaram apresentar uma contribuição para o debate em torno do conceito de “maretório”. Por meio de revisão bibliográfica e estudos qualitativos etnográficos, os autores e a autora identificaram três dimensões para compreensão do conceito. Em primeiro lugar, há uma dimensão espacial relacional, influenciada pela dinâmica das marés, que é constituída por meio de práticas e conhecimentos tradicionais e ancestrais de uso, apropriação e relação com os bens comuns costeiros e marinhos. Em segundo lugar, as mobilizações que demandam a criação de áreas protegidas surgem como uma estratégia institucional para reivindicar o maretório. Por fim, o maretório possui um sentido identitário, representando um horizonte de reconhecimento coletivo que orienta as lutas socioambientais no contexto do litoral da Amazônia paraense.

Um ponto significativo a ser destacado aqui é que, assim como o termo, cuja origem está no litoral da Amazônia, a produção acadêmica sobre o conceito é marcada, em grande parte, por uma literatura própria da Amazônia (França, 2022; Nascimento, 2021; Nascimento & Barboza, 2021; Pimentel, 2019; Sousa, 2019; 2022). No entanto, o alcance do conceito “maretório” transcende a região, como mostram os esforços de autores de outras partes do Brasil, que também têm contribuído para expandir o debate e explorar suas potencialidades em outros contextos (Marques, 2020; Ribaric, 2021), ressaltando a sua complexidade, tanto em termos práticos quanto teóricos. Nesse sentido, o “maretório”, enquanto conceito, se revela não apenas como uma ferramenta de análise conceitual, mas também como um guia para a ação coletiva em prol da conservação ambiental e da justiça social (Sousa; França & Araos, 2024).

A proposta deste dossiê foi reunir contribuições que ampliem esse debate. Contamos com cinco artigos resultados de pesquisas que visam estimular discussões sobre o tema. Alguns dos textos são de autores e autoras que já apresentaram reflexões sobre o tema anteriormente e agora utilizam este espaço para avançar em suas análises, trazendo novas perspectivas e aprofundamentos. Além disso, a coletânea inclui artigos de diferentes campos do conhecimento, como antropologia, sociologia, geografia,



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

biologia e psicologia, evidenciando a necessidade de um caráter transdisciplinar sobre o tema. Um ponto importante de ser destacado, é que a maioria das pesquisas foi conduzida por jovens pesquisadoras.

Em *Maretório: um conceito forjado entre a terra e o mar*, Josinaldo Nascimento apresenta uma contribuição para o dossiê a partir de sua experiência com os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos de 12 das 14 Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX MAR) do litoral do Pará. O autor faz uso de uma abordagem que combina um olhar da geografia a narrativas orais, registros em diários de campo e análise documental. E busca evidenciar como o termo, nascido dos movimentos sociais, vem se fortalecendo como um aporte importante para as Ciências Sociais. Nascimento argumenta que o maretório encontra seu significado no “lugar”, entendendo-o não apenas como um espaço físico, mas também como uma arena simbólica e política na qual se constroem identidades, relações de poder e modos de vida. De acordo com o autor, o conceito de maretório é fruto das lutas e práticas cotidianas dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos. Forjado ao longo de décadas de encontros, debates e experiências empíricas, o termo emerge como uma resposta para apontar as limitações do conceito de “território” para abarcar as especificidades dos povos tradicionais que habitam a zona costeira.

Nascimento também traz uma reflexão sobre a ideia de “maretorialidades” (França, 2022; Sousa, 2022) que, são indissociáveis da tridimensionalidade tempo-espaço-natureza, resultado de uma interação contínua entre as dinâmicas naturais e os saberes ancestrais das populações costeiras amazônicas. Como explica o autor, “[...] os maretórios são espaços geográficos costeiros/marinheiros habitados, usados, autogeridos por suas populações de extrativistas tradicionais”, que incorporam dimensões simbólicas, culturais e éticas em suas práticas produtivas e sociais.

No artigo, destaca-se também as tensões e desafios enfrentados pelas famílias de extrativistas costeiros e marinhos, destacando os impactos de atividades econômicas de caráter predatório, como a pesca industrial e as propostas de introdução de fazendas de camarão. O autor argumenta que o maretório é mais que um conceito; é uma ferramenta



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

política e identitária, um espaço de resistência contra as narrativas hegemônicas do capital. Para Nascimento, através deste conceito os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos encontram formas de reafirmar suas territorialidades – ou melhor, maretorialidades – e reconstruir suas histórias, inserindo novos elementos interpretativos no debate acadêmico e comunitário.

Ao final, Nascimento posiciona o maretório como um conceito em constante gestação, cujas múltiplas dimensões – dentre elas, políticas, culturais e espirituais – continuam a ser exploradas. Escrever sobre o maretório, como bem ressaltado pelo autor, é um ato político, uma relação de poder que, ao mesmo tempo, impõe a responsabilidade de manter vivo o diálogo entre ciência e prática social.

Em *Soberania alimentar no litoral da Amazônia: resistência através da comida das marés*, Jessica França brinda esse dossiê com uma reflexão em que aborda a relação entre soberania alimentar e a luta pelo reconhecimento das dinâmicas socioculturais dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos do litoral da Amazônia paraense. A partir de sua experiência empírica nos maretórios da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, localizada no litoral do Pará, a autora busca evidenciar como as práticas coletivas e ancestrais da soberania alimentar não apenas garante o sustento das famílias, mas também refletem as especificidades de um modo de vida a partir do preparo e consumo das “comidas das marés”.

Ao longo do artigo, observamos França operacionalizando o conceito de maretório, colocando ênfase em sua relação intrínseca com as dinâmicas socioambientais que se estabelecem na comunidade de Mutucal, única ilha habitada da RESEX MAR. Fazendo uso da etnografia, a autora busca evidenciar como o movimento das marés molda a vida cotidiana da comunidade, desde o trabalho até os saberes e práticas culturais.

Neste artigo, também observamos uma contribuição para a ideia de “maretorialidade”. Para França, mais que um espaço geográfico, o maretório é uma construção relacional e dinâmica, que integra terra e água que vai além da dicotomia cartesiana. Como afirma, os maretórios “[...] não fazem oposição ao conceito de



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

território, na logística entre terra e água, mas edificam um conjunto de relações mescladas entre essas paisagens, típicas de ambientes costeiros”. Essas relações são moldadas pelos manguezais, pelas restingas e pelas “beiradas”, espaços onde se cruzam cheiros, sabores, saberes e afetos que constituem as dinâmicas culturais e produtivas dessas comunidades.

De acordo com França, as práticas alimentares dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos da Amazônia são expressão direta de sua soberania alimentar, resultado das interações com esses ambientes costeiros e marinhos e o tempo-maré. Nas “comidas das marés”, como a autora denomina, identificamos saberes transmitidos de forma ancestral, que auxiliam a reprodução dos modos de vida mesmo diante das pressões externas, como as instabilidades econômicas e as mudanças ambientais. Nesse contexto, seguindo o pensamento da autora, a soberania alimentar se constitui como uma ferramenta de resistência, reafirmando identidades e tradições frente às transformações impostas pelas dinâmicas globais.

Em *Dinâmicas e relações sociais em torno do universo da pesca artesanal em uma localidade do maretório da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo - Pará*, Layse Costa apresenta sua contribuição para esse dossiê, onde construiu uma reflexão de caráter etnográfico sobre as práticas e os significados que envolvem a pesca artesanal em Marudá, localidade situada na RESEX MAR de Mestre Lucindo, localizada no município de Marapanim, no estado do Pará. Nesse estudo, a autora busca evidenciar os aspectos simbólicos e as formas de produção de existência dos “filhos e filhas de Marudá”, em meio aos impactos do crescimento do turismo e pela intensificação da pesca industrial.

Neste estudo, Costa se utiliza de uma das interpretações do conceito de maretório para analisar seu caso de estudo. A autora se alinha ao grupo de autores e autoras que interpretam o maretório como um espaço relacional que contém aspectos materiais e simbólicos, influenciados pelas dinâmicas das marés, ventos, correntes e ciclos lunares, onde práticas como a pesca artesanal, a mariscagem e pequenos cultivos sustentam o modo de vida das comunidades locais. De acordo com um dos interlocutores do estudo



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

da autora, “[...] a pesca não é algo simples, pois necessita de conhecimento, experiência e, principalmente, vocação”, um saber transmitido geracionalmente, que conecta os pescadores artesanais ao ambiente costeiro e marinho. No entanto, destaca Costa, estas práticas encontram constantes ameaças, como a especulação imobiliária, a pressão de barco externos e o desamparo político, resultando em conflitos socioambientais.

Para abordar o campo simbólico em Marudá, a autora se utiliza das festividades religiosas, como a de São Pedro, padroeiro dos pescadores e pescadoras artesanais. De acordo com Costa, “[...] a festa é uma manifestação tradicional [...] em que o sagrado e o profano se misturam”, integrando “[...] orações, brincadeiras, bebidas alcoólicas”, comidas típicas e celebrações que reforçam os laços sociais e culturais em Marudá.

Mesmo diante das adversidades, a autora ressalta que as relações sociais e culturais em torno da pesca artesanal continuam sendo um elemento que compõem a identidade dos moradores e moradoras de Marudá. A partir dos depoimentos, Costa afirma que a ausência de um plano de manejo para a RESEX MAR é um reflexo das lacunas nas políticas públicas voltadas para essas comunidades, mas também evidencia a necessidade de proteger os maretórios como espaços de resistência e reprodução cultural.

Em *“A gente vive no mar”: relações com o mar na comunidade pesqueira Barra de Ararapira*, Ana Rainho apresenta uma contribuição para o dossiê a partir de um estudo etnográfico analisando a relação entre os pescadores artesanais da comunidade Barra de Ararapira, em Guaraqueçaba, no Paraná, e o mar. A autora construiu uma reflexão onde articula os conceitos de maretório (Marques, 2020; Pimentel, 2019; Sousa, França & Araos, 2024) e de “socialidade mais que humana” (Tsing, 2013) para evidenciar como o mar permeia todas as dimensões da vida dessa comunidade (da saúde e educação à moradia, trabalho, lazer e rituais religiosos), moldando não apenas as práticas produtivas, mas também os laços sociais, as identidades e até os corpos dos moradores.

Ao longo do texto, Rainho nos brinda com um conjunto de exemplos para ilustrar como o mar organiza a vida coletiva e individual na comunidade. Desde o nascimento,



## **O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro**

*Victor Sousa & Carla Moreira*

onde as mães dependem das embarcações para acessar o parto, até os momentos finais de suas vidas, o mar está presente, carregado de significados simbólicos e afetivos.

Para Rainho o conceito de maretório desafia as dicotomias tradicionais entre terra e mar. Na Barra do Ararapira, essas relações se manifestam de diferentes formas, em práticas cotidianas como "espiar o mar", uma atividade que vai além da pesca, sendo descrita como uma forma de lazer e contemplação coletiva: "Grande parte dos moradores passa muitos minutos (às vezes horas) de seus dias, todos os dias, olhando o mar [...] pelo simples prazer de observá-lo". Essa relação com o mar se reflete também em transformações físicas e sensoriais dos corpos dos pescadores e pescadoras artesanais, moldados pela convivência com o mar.

Em seu artigo, Rainho também reflete, como as dinâmicas do maretório da Barra do Ararapira são compostas por relações com elementos não humanos. De acordo com a autora, "[...] as relações sociais na comunidade Barra do Ararapira são formadas entre humanos e não-humanos, entre humanos e o mar", o que amplia a compreensão do território. Entendemos que essa perspectiva adotada pela autora, não apenas reforça a relevância do conceito de maretório como ferramenta analítica, como também evidencia a necessidade de políticas públicas que valorizem e protejam as práticas e os saberes tradicionais associados ao mar.

Em *Maretório e Saúde: por onde navegam as políticas públicas para povos das águas*, Talita Timmerman, Roberta Barboza & Károl Cabral analisam as políticas públicas de saúde destinadas aos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos que habitam os maretórios. Trata-se de pesquisa documental, baseada em 18 documentos do período de 2005 a 2024. A partir da análise desse material, as autoras construíram uma linha do tempo das ações institucionais do Ministério da Saúde, destacando o papel dos movimentos sociais na construção dessas políticas e o tensionamento necessário para garantir a inclusão dos "povos das águas" nas pautas de saúde pública. A análise demonstra que o avanço das políticas de saúde para os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos não é linear, mas resultado de um processo dialético de participação popular e institucionalização das demandas.



## O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro

*Victor Sousa & Carla Moreira*

Neste artigo, as autoras nos apresentam com uma definição de maretório construída pelas próprias lideranças da CONFREM. De acordo com Célia Neves, os maretórios são “[...] espaços socialmente constituídos que abrangem regiões de mar e adjacentes formadas por terra, em ecossistemas costeiros e marinhos, necessários à reprodução cultural, social e econômica, ambiental e laboral dos povos e comunidades tradicionais”. Para Timmerman, Barboza & Cabral, essa concepção ressalta a sazonalidade e a interdependência entre terra e mar, oferecendo uma perspectiva relacional que expande as noções convencionais de território.

O estudo conduzido pelas autoras, aponta que as políticas de saúde para os povos das águas, embora fundamentais, ainda priorizam uma abordagem limitada à saúde do trabalhador, negligenciando aspectos culturais, sociais e simbólicos dos modos de vida nos maretórios. Nesse contexto, a valorização dos saberes ancestrais, das práticas de saúde tradicionais e das especificidades culturais dessas comunidades são elementos centrais para construir um sistema de saúde mais equitativo e inclusivo. Como as autoras concluem, “[...] é necessário que os modos de produção de saúde e cuidado das comunidades dos maretórios sejam identificados e reconhecidos [...] levando em conta seus saberes e práticas ancestrais e seus modos de viver e resistir”.

### Referências

França, J. **Soberania alimentar em maretórios: dinâmicas socioculturais nas marés e nos mangues e a Reservas Extrativista Mãe Grande de Curuçá**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais). Belém: Universidade do Estado do Pará - UEPA, 2022.

Marques, P. **Abra os olhos para o banco dos abrolhos: percepção ambiental, territorialidade e conflitos na ótica da pesca artesanal de Caravelas a Nova Viçosa, Bahia, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologias Ambientais), Salvador: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020.

Nascimento, J. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.



## O Conceito de Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros do Litoral Brasileiro

*Victor Sousa & Carla Moreira*

Nascimento, J. & Barboza, R. Dos seringais aos maretórios: re-existências nas RESEX Marinhas da Amazônia. In: Teisserenc, P.; Teisserenc, M. & Rocha, G. (Orgs). **Gestão da Água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste Brasileiros**. Belém: NUMA/UFPA, 2020. p. 234-266.

Pimentel, Márcia Aparecida da Silva. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no Estado do Pará: Conflitos e resistências. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia política**, v. 1, n. 1, p. 191-191, 2019.

Ribaric, A. Maritimidade: Patrimônio cultural e formas tradicionais de apropriação social do território marítimo. **Emblema – Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, v. 17, p. 39-56, 2020

Sousa, V. **A minha terra é o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no Litoral da Amazônia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2019.

Sousa, V. **Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do Litoral da Amazônia Paraense?**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2022.

Sousa, V.; França, J. & Araos, F. Maretório e os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinheiros do Litoral do Pará, Brasil. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 26, n. 2, p. 67-91, 2024.

Tsing, A. More-than-human sociality: a call for critical description. In: Kirsten H. (Ed.). **Anthropology and nature**. New York: Routledge, 2013.